

Salinas acessíveis – um projeto para todos: O caso da **Marinha Santiago da Fonte** em Aveiro, Portugal

FILOMENA MARTINS * [filomena@ua.pt]

HELENA ALBUQUERQUE ** [helena.albuquerque@ua.pt]

ANA MARGARIDA SILVA *** [a.silva@ua.pt]

Resumo | As salinas localizam-se em zonas húmidas de reconhecida importância para a conservação da natureza e da biodiversidade. No entanto, verifica-se um progressivo abandono destes locais, causado pela fraca rentabilidade da produção de sal marinho por métodos tradicionais. Com o objetivo de revitalizar estes espaços, têm surgido diversas atividades que pretendem promover a sua preservação e conservação através de uma abordagem sustentável. Dentro destas, destacam-se as relacionadas com o turismo, aproveitando as diversas potencialidades existentes, bem como a qualidade paisagística que proporciona momentos de lazer e de tranquilidade de grande qualidade aos seus visitantes. A Ria de Aveiro é uma área onde as salinas se apresentam como uma componente essencial da paisagem, história e ecossistema, sendo locais privilegiados para a dinamização de atividades turísticas. Neste âmbito, foram desenvolvidas diversas atividades na Marinha Santiago da Fonte, nomeadamente a avaliação e implementação de medidas de dinamização e adaptação destes espaços para a prática do turismo acessível. Pretende-se com este artigo apresentar os resultados do trabalho desenvolvido que permitiu adaptar o modelo de visita e o espaço físico para o desenvolvimento de atividades turísticas inclusivas, bem como a sua extrapolação a outros espaços com características similares.

Palavras-chave | Turismo acessível, Ria de Aveiro, Salinas, Marinha Santiago da Fonte.

Abstract | Saltpans are located in wetlands of extreme importance for nature and biodiversity conservation. However a progressive abandonment of these areas has been verified, due to the low profits of the production of salt by artisanal methods. With the objective of its revitalization, diverse activities are emerging, aiming at promoting, preserving, and conserving saltpans through a sustainable approach. Tourism activities, e.g., try to benefit from the existent potentialities, since these areas provide relaxing and leisure moments of high quality to the visitors. Saltpans of *Ria de Aveiro* are an essential

* **Doutora em Ciências Aplicadas ao Ambiente** pela Universidade de Aveiro. **Professora Associada** no Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro.

** **Doutora em Ciências e Engenharia do Ambiente** pela Universidade de Aveiro. **Assistente Convidada** na Escola Superior de Educação de Viseu.

*** **Doutoranda** no Programa Doutoral em Ciências e Engenharia do Ambiente na Universidade de Aveiro.

component of the ecosystem, history, culture and landscape of this lagoon system, representing privileged areas for boosting tourist activities. In this way, diverse activities were developed at *Santiago da Fonte* Saltpan, namely the assessment and implementation of measures to adapt and promote accessible tourism. The aim of this paper is to present the results of the developed work that allowed the adaptation of the visit model and the physical area of *Santiago da Fonte* Saltpan to the development of inclusive tourist activities, as well as the extrapolation of the results to other areas with similar characteristics.

Keywords | Accessible tourism, *Ria de Aveiro*, Saltpans, Santiago da Fonte Saltpan.

1. Introdução

As zonas húmidas são consideradas como uma das áreas de maior produtividade e riqueza ambiental em todo o mundo (Ramsar, 2006). Estes locais são de significativa relevância para a conservação da natureza e biodiversidade, servindo de suporte para uma grande quantidade de espécies de fauna e flora. As zonas húmidas são também importantes do ponto de vista económico, uma vez que desempenham funções vitais (armazenamento de água, proteção contra tempestades e mitigação de cheias, estabilização da linha de costa e controlo da erosão, purificação da água, entre outras) e proporcionam diversos benefícios económicos (abastecimento de água, pescas, agricultura, transporte, oportunidades de turismo e recreio, entre outros) (Ramsar, 2006). No entanto, as zonas húmidas continuam a estar entre os ecossistemas mais ameaçados (Ramsar, 2006), sendo urgente e necessário a implementação de estratégias que permitam uma conservação e preservação mais efetiva destas áreas.

É nas zonas húmidas que se localizam as salinas, estruturas artificiais antrópicas, construídas com a função de produção de sal. As marinhas, ou salinas, além da sua função de produção de sal, contribuem para a preservação e manutenção da biodiversidade, pois servem como habitats de substituição (refúgio, alimentação e nidificação) para um conjunto de espécies de aves (Sadoul, Walmsley & Charpentier 1998; Martins, Silva & Albuquerque, 2013).

No entanto, as salinas, bem como a produção de sal marinho tradicional, têm vindo a sofrer um processo de abandono contínuo, especialmente nos países mais desenvolvidos. Este abandono deve-se essencialmente a vários fatores como o aumento da produção de sal industrial a custos mais baixos, a falta de mão de obra e a baixa rentabilidade da atividade, a conversão das marinhas em aquiculturas, entre outros (Silva, Martins & Martins, 2012).

O contínuo abandono destes locais de produção de sal levou a que, na década de 70, nomeadamente em França, se comesçassem a desenvolver iniciativas que permitissem a preservação e valorização destes espaços (Silva, 2010), com o objetivo de travar o desaparecimento de todo o património natural, cultural, histórico e humano associado às marinhas de produção de sal tradicional.

Também em Portugal começaram a surgir iniciativas, apoiadas em projetos internacionais que têm contribuído para uma maior proteção e conservação destes locais. Destacamos a relevância do trabalho desenvolvido no âmbito dos projetos 'SAL' (Interreg Espaço Atlântico, 2001) e 'ECOSAL ATLANTIS' (Ecosal Atlantis, 2013a), que contribuíram para a disseminação da importância da preservação das salinas.

Uma das iniciativas que tem vindo a ser disseminada é a utilização destes locais para a prática de atividades turísticas sustentáveis, uma vez que são espaços muito ricos em termos de património natural, cultural e histórico. O desenvolvimento de novas atividades surge como uma oportunidade que poderia inverter o processo

de abandono das marinhas de produção de sal tradicional e consequentemente, diminuir a deterioração destes habitats de substituição.

Desta forma, é necessário desenvolver estratégias que promovam o crescimento da atividade turística, de forma sustentável, promovendo a conservação da natureza ao mesmo tempo que se criam novas formas de rentabilização económica para as pessoas que trabalham nas marinhas. Ao promover a atividade turística como uma nova atividade nestas áreas, deve ter-se em conta a necessidade de a tornar inclusiva, ou seja, pretende-se que estes espaços possam ser visitados por todos, sendo necessário criar condições específicas para que as marinhas possam ser consideradas destinos acessíveis.

2. Objetivos e metodologia

Como já foi referido anteriormente, as salinas oferecem um ambiente de grande tranquilidade e portanto proporcionam, para além de todas as atividades ligadas ao turismo de natureza, um bem-estar e momentos de lazer que são apetecíveis para a população em geral. No entanto, são espaços que pelas suas características criam algumas dificuldades em termos de mobilidade e acessibilidade para pessoas com necessidades especiais¹. Por esse motivo, é necessário abordar estes espaços tendo em conta a problemática da acessibilidade para todos.

Este artigo é baseado na apresentação de um estudo de caso desenvolvido no âmbito do projeto ECOSAL ATLANTIS (ver Ecosal Atlantis, 2013a), nomeadamente a realização de um *workshop* de promoção do turismo acessível na Marinha Santiago da Fonte. A metodologia utilizada foi a realização de pesquisa bibliográfica e a definição e estruturação de um *workshop* desenvolvido na Universidade de Aveiro, com o estudo de caso da Marinha Santiago da Fonte.

Os principais objetivos que se pretendiam atingir com a realização deste estudo passavam, em primeiro lugar, pela definição dos principais constrangimentos existentes para públicos especiais na Marinha Santiago da Fonte; e em segundo lugar pela divulgação da necessidade de se ter em conta estes públicos quando se pretende dinamizar um espaço natural como local turístico. Assim, numa primeira parte analisaremos a importância do turismo acessível e do desenvolvimento de atividades turísticas nas salinas. Na segunda parte, apresentaremos o estudo de caso, enquadrando a Marinha Santiago da Fonte no Salgado de Aveiro e descrevendo o trabalho realizado no âmbito do *workshop* referido.

3. Turismo acessível

De acordo com Francesc Aragall, no âmbito do *Conceito Europeu de Acessibilidade - CEA 2003*, a 'acessibilidade'

é a característica de meio físico ou de um objeto que permite a interação de todas as pessoas com esse meio físico ou objeto e a utilização destes de uma forma equilibrada/amigável, respeitadora e segura. [...] Portanto, a acessibilidade promove a igualdade de oportunidades (Aragall, 2005, p. 23).

Deste modo, Silva (2009) refere que a acessibilidade constitui a possibilidade de qualquer pessoa chegar a um qualquer espaço natural e/ou social de forma facilitada, ou seja, qualquer área que é acessível deve permitir e facilitar a inclusão e a participação de pessoas com mobilidade reduzida e/ou deficiência. Este é, assim, um elemento essencial para a qualidade de vida de todos os cidadãos.

Ainda de acordo com a Aragall (2005), existe um conjunto de princípios que devem ser tidos em conta quando se pretende tornar qualquer espaço acessível, nomeadamente a necessidade de serem espaços respeitadores (ou seja, devem

¹ Doravante designadas por 'públicos especiais'.

respeitar a diversidade de utilizadores), seguros, saudáveis, funcionais, compreensíveis e estéticos. O cumprimento destes princípios no desenho do acesso a qualquer espaço (ambiental ou social) permitirá torná-lo mais acessível e como tal, criar uma sociedade mais justa e equitativa.

O mesmo se passa na definição de espaços turísticos, quer naturais, quer socioculturais. É essencial que a sua definição se baseie nos princípios identificados anteriormente, permitindo assim o acesso a qualquer pessoa aos diferentes espaços e/ou equipamentos utilizados na prática do turismo e lazer. Isto porque o turismo e o lazer apresentam um grande potencial para contribuir para a sustentabilidade social uma vez que os seus serviços podem aumentar a qualidade de vida dos indivíduos de várias formas (Darcy, Cameron & Pegg, 2010).

A crescente necessidade de tornar qualquer espaço acessível levou à necessidade de conjugar o conceito de turismo com o conceito de acessibilidade, surgindo assim a designação de 'turismo acessível'. Já em 1980, na Declaração de Manila (no seu ponto quatro) associou-se o conceito de turismo ao de acessibilidade, ao reconhecer o turismo como um direito fundamental para o desenvolvimento humano, que deve implicar à sociedade o dever de providenciar aos cidadãos o melhor, mais efetivo e não discriminatório acesso a este tipo de atividade (WTO, 1980). Em 1991 foi adotada, pela Organização Mundial do Turismo, uma resolução intitulada *Criando oportunidades turísticas para pessoas com deficiência nos anos 90* (WTO, 1991), atualizada em 2005 por uma outra intitulada *Turismo acessível para todos* (WTO, 2005), onde se encontram refletidas diversas recomendações tendo em conta a acessibilidade do turismo para todos. É no entanto difícil encontrar uma definição universal para este conceito, surgindo várias terminologias que se apresentam semelhantes, como é o caso de 'turismo acessível', 'turismo universal', 'turismo inclusivo' ou 'turismo para todos' (Pérez & Velasco, 2003; Economic and Social Commission for Asia and the Pacific (ESCAP), 2009; European Network for Accessible Tourism (ENAT), 2014).

Não sendo no entanto o objetivo fundamental deste artigo discutir este conceito, apresentamos aquela que nos parece ser a definição mais completa. Segundo Darcy e Dickson,

O turismo acessível permite que pessoas com requisitos de acessibilidade, tais como dificuldade de mobilidade, visão, audição e cognitivas, possam utilizar independentemente e com equidade e dignidade os produtos, serviços e ambientes turísticos desenhados de forma universal. Esta definição é inclusiva de toda a população, incluindo pessoas que viajam com crianças, pessoas com deficiências e seniores (Darcy & Dickson, 2009, p. 34, citados por Darcy et al., 2010, p. 519).

Para que o turismo acessível possa alcançar o seu sucesso, o sector do turismo deve estar consciente da necessidade das suas ofertas serem acessíveis a todos (ENAT, 2007). No entanto, este não é um problema exclusivo do sector turístico. Normalmente, os diversos territórios não estão preparados para receber pessoas com dificuldades de mobilidade, visão, audição ou cognitivas. Existem diversos obstáculos nos espaços urbanos, rurais e naturais que dificultam o bem-estar das pessoas com deficiência (Deville, Jesus & Cruz, 2011). Este constrangimento é um dos principais problemas da aplicação do conceito de turismo acessível de forma eficaz. Por esse motivo, Fontes e Monteiro (2009) sugerem que tornar um destino acessível é um processo sistémico, participativo e persistente, em que é esperado um balanço entre os interesses turísticos e outros interesses territoriais que são fundamentais para a oferta de melhores soluções integradas para a acessibilidade turística.

4. Turismo nas salinas

Os espaços naturais, tais como as áreas costeiras e lagunares, são das áreas mais procuradas para a

prática de atividades turísticas, pelo que o turismo e o ambiente estão interligados e são dependentes um do outro (Martins et al., 2013), sendo esta relação considerada como simbiótica por Butler (1991). São as áreas naturais de maior qualidade ambiental que mais visitantes atraem, pelo que se se pretende criar ou desenvolver um destino turístico, é importante ter em conta esta qualidade ambiental. A preservação ambiental, a manutenção da biodiversidade e a conservação do património natural, cultural e social são fatores essenciais para a definição e implementação de qualquer estratégia de desenvolvimento de atividades turísticas.

As salinas caracterizam-se essencialmente por serem habitats artificiais, que foram construídos com a função de produção de sal, mas que apresentam, além do seu grande valor paisagístico, um grande valor conservacionista, pois são muito importantes como habitats de substituição para um grande conjunto de aves aquáticas. São assim locais considerados como “verdadeiros reservatórios de biodiversidade devido às diferenças de salinidade, profundidade e formações vegetais que se encontram no seu interior” (Pinho & Lopes, 2009). Além destes valores, são locais onde se pratica uma atividade tradicional de grande valor cultural e social para as áreas onde se localizam as marinhas.

Todos estes fatores, associados às novas expectativas e interesses por parte dos turistas, que procuram um conjunto de atividades e experiências de lazer muito associadas à cultura dos locais e às atrações naturais dos destinos (Parlamento Europeu, 2008), levam-nos a considerar as salinas como locais de elevada capacidade para o desenvolvimento de atividades turísticas sustentáveis.

São diversas as salinas que oferecem um conjunto de atividades turísticas. Destacamos o caso das salinas existentes na costa atlântica francesa, nomeadamente em Guérande, onde existem já mais de 100.000 visitas por ano, e na ilha de Ré, onde são desenvolvidas diversas atividades turísticas, nomeadamente relacionadas com o património natural (Silva, 2010). Em Espanha, as Salinas de

Anaña (Alava), salinas de interior localizadas no Valle Salado, candidatas a Património Mundial da UNESCO, desenvolvem um conjunto de atividades de divulgação e dinamização do património natural e cultural associado, nomeadamente, atividades de visitação, de turismo de saúde e bem-estar (termalismo salineiro), e experiências gastronómicas com o apoio de reconhecidos *Chefs* (Valle Salado de Añana, 2014). Nas salinas da região de Andaluzia, onde ainda estão em produção salinas tradicionais, os pequenos produtores têm promovido um conjunto de atividades turísticas que estão em franco crescimento.

Em Portugal, têm sido desenvolvidas algumas atividades turísticas em diversos locais salineiros. Destaca-se o Salgado da Figueira da Foz, onde existe um Núcleo Museológico do Sal, na Marinha do Corredor da Cobra (Figueira Digital, 2014) e as Salinas de Rio Maior; onde as atividades são promovidas pelos municípios e por produtores, individuais ou associados em cooperativas (Rio Maior Turismo, 2013).

No Salgado de Aveiro as atividades de visitação são dinamizadas globalmente por três estruturas: i) o Ecomuseu da Marinha da Troncalhada (propriedade da Câmara Municipal de Aveiro) desenvolve atividades de visitação associadas ao património cultural e natural (Ecosal Atlantis, 2013b); ii) a Marinha Santiago da Fonte (propriedade da Universidade de Aveiro) desenvolve atividades didáticas e de divulgação científica (Ecosal Atlantis, 2013b); iii) a Ilha dos Puxadoiros promove um projeto de turismo de natureza, de carácter educativo (Sal do Sol, 2010).

A observação de aves é uma atividade com crescente procura nas salinas devido às funções de refúgio, alimentação e nidificação para diversas espécies de aves que estes locais apresentam. Assim, podem ser observadas espécies como o alfaiate (*Recurvirostra avosetta*), o maçarico-das-rochas (*Actitis hypoleuca*), o pilrito-comum (*Calidris alpina*), flamingos (*Phoenicopterus ruber*), a andorinha-do-mar-anã (*Sterna albifrons*), a perna-longa

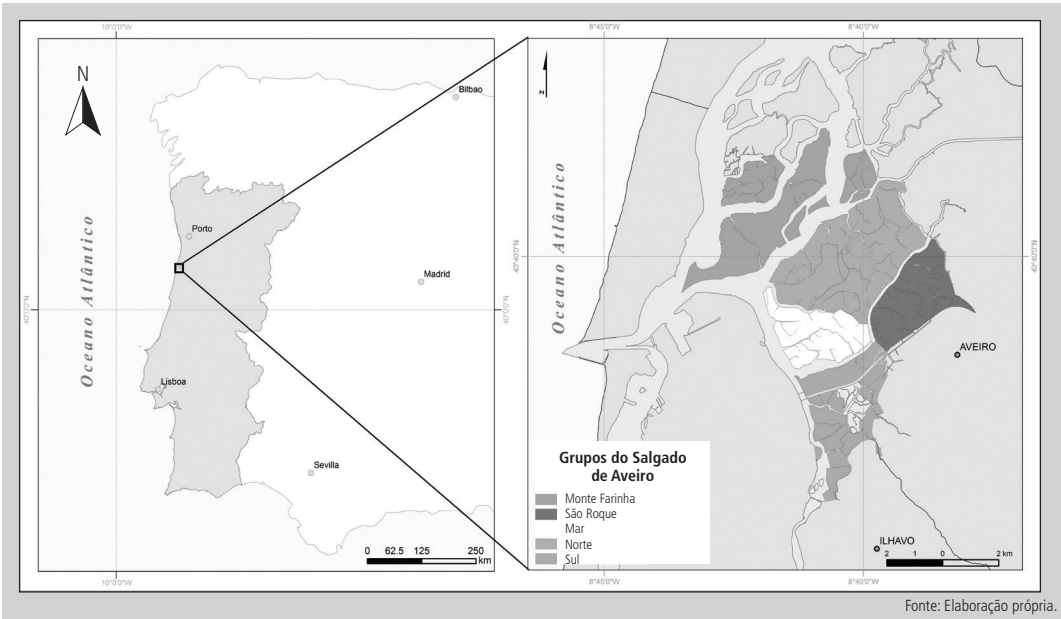


Figura 1 | Enquadramento geográfico do Salgado de Aveiro.

(*Himantopus himantopus*), o borrelho-de-coleira interrompida (*Charadrius alexandrinus*) (Cruz et al., 2011). No entanto, também ocorrem diversas visitas direcionadas para a observação e conhecimento da prática tradicional de produção de sal.

Além destas atividades mais importantes e que têm tido um maior desenvolvimento, existem outras que podem igualmente ser desenvolvidas, nomeadamente oficinas temáticas sobre o património cultural e a biodiversidade, com um forte carácter educativo.

5. Estudo de caso: Promoção do turismo acessível na Marinha Santiago da Fonte

5.1. Caracterização do Salgado de Aveiro

A Ria de Aveiro é “uma das maiores, mais expressivas e biologicamente mais significativas zonas húmidas litorais do país” (Abreu, Correia

& Oliveira, 2004, p. 142), constituindo “uma paisagem única [...] e um recurso que se desdobra em diversas potencialidades: plataforma portuária, pesca, salinas, aquacultura, agricultura, desporto, turismo, ou proteção da natureza” (CCDRC, 2011, p. 73). Esta área foi reconhecida como a zona húmida de maior importância do Norte de Portugal, nomeadamente para a conservação da avifauna aquática, funcionando como espaço de reprodução e alimentação para um vasto conjunto de espécies de aves (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), 2014). Desta forma, foi classificada como Zona de Proteção Especial (código PTZPE0004), ao abrigo da Diretiva Aves, integrando o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 de Portugal.

Ao longo de vários séculos, a economia de subsistência da região onde se integra a Ria de Aveiro foi baseada quase exclusivamente na exploração dos recursos locais (Sarmento, 2005). As populações que viviam nesta região sempre tiveram uma forte afinidade com este ecossistema, explorando os seus diversos recursos, como peixes,

algas, bivalves, crustáceos, bem como as suas capacidades de tráfego lagunar, de agricultura e de exploração de sal (Sarmento, 2005).

As salinas da Ria de Aveiro, conhecidas no seu conjunto por ‘Salgado de Aveiro’, são uma componente essencial da história, cultura e paisagem deste ecossistema (Figura 1).

Estas salinas ocupam atualmente 1.152 hectares, estando organizadas em cinco grupos (Silva, 2010): Monte Farinha (oito salinas), Norte (61 salinas), São Roque (63 salinas), Mar (52 salinas) e Sul (68 salinas). No entanto, a área do Salgado de Aveiro tem vindo a sofrer pressões, apesar de ser considerada uma componente essencial da paisagem e de integrar uma grande riqueza em termos de biodiversidade e de valores histórico-culturais. Estas pressões são sentidas nomeadamente no número de salinas que se encontram ainda em produção de sal (salinas ativas). Se em 1956 existiam 270 salinas ativas, atualmente menos de dez encontram-se em produção. Algumas

destas salinas foram convertidas em aquicultura extensiva ou semi-intensiva, mas a maioria encontra-se atualmente ao abandono (Figura 2).

Através da figura 2 é possível reconhecer o progressivo abandono das salinas, nomeadamente devido ao aumento do número de embarcações na Ria, que causam ondulação e destruição dos muros das salinas; aos elevados custos de manutenção das salinas e dos seus muros; à alteração dos caudais da Ria devido às obras na barra do Porto de Aveiro; ao assoreamento dos canais; ao desenvolvimento da aquicultura; e por fim, devido à falta de interesse na atividade de produção de sal, uma vez que esta é uma atividade muito árdua e que apresenta um baixo rendimento (Silva, 2010).

Estes fatores levaram a uma evolução negativa neste espaço, com perda da riqueza natural, cultural e histórica, o que suscita a questão do que é que pode e deve ser feito nesta área de forma a manter o seu valor.

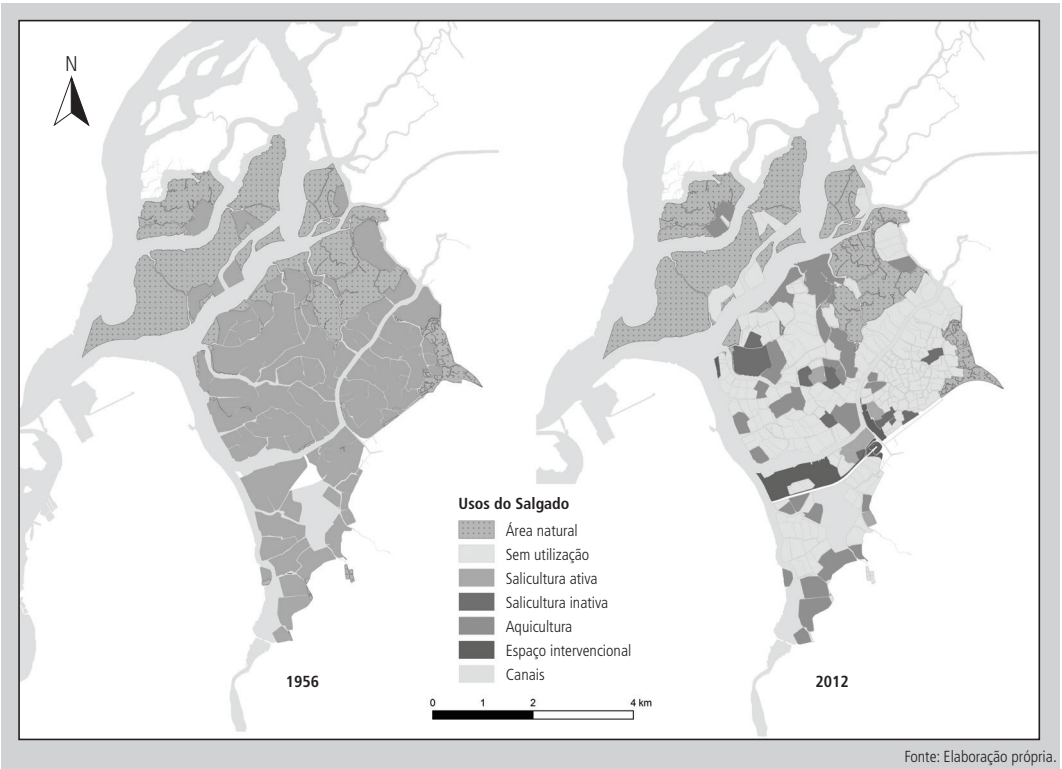


Figura 2 | Evolução dos usos no Salgado de Aveiro (1956 - 2012).



Fonte: Elaboração própria.

Figura 3 | Marinha Santiago da Fonte.

5.2. A Marinha Santiago da Fonte

A Marinha Santiago da Fonte insere-se no Salgado Aveirense, sendo uma das poucas marinhas que continua a produzir sal de forma tradicional (Figura 3).

A Universidade de Aveiro (proprietária da marinha), enquanto instituição do Sistema Científico e Tecnológico, pretende desenvolver uma abordagem que simultaneamente permita a preservação do património natural e cultural (pela manutenção da atividade tradicional de exploração de sal) e a dinamização de atividades científicas associadas a estes espaços (investigação e divulgação). Desta forma, tem vindo a desenvolver um conjunto de estudos associados a novas formas de exploração da marinha, bem como de valorização dos produtos de sal tradicional e de produtos complementares da salina.

A Universidade de Aveiro tem participado em vários projetos de investigação, destacando-se o projeto 'SAL' que permitiu a melhoria do espaço

salícola, nomeadamente a recuperação do armazém existente na marinha, bem como adaptar o espaço para a realização de diversas atividades científicas e didáticas. Entre 2009 e 2013, a Universidade de Aveiro participou no projeto 'ECOSAL ATLANTIS', em conjunto com outros 12 parceiros de Portugal, como Espanha, França e Reino Unido, com o objetivo de alcançar "um desenvolvimento conjunto, integral e sustentável do turismo baseado no património cultural e natural dos espaços salícolas tradicionais do Atlântico" (Ecosal Atlantis, 2013a).

As principais atividades que foram desenvolvidas na Marinha Santiago da Fonte, no âmbito deste projeto, pretendiam inovar na abordagem ao produto 'sal' e ao espaço de produção através de uma componente científica. Um dos exemplos das atividades realizadas e direcionadas com o produto 'sal' foi a caracterização do sal produzido na Marinha para posterior certificação, através da realização de análises químicas que permitiram conhecer a química e a microbiologia do produto 'sal' e, desta

forma, validar a sua qualidade. Relativamente às atividades direcionadas para a área de produção de sal, a Universidade de Aveiro desenvolveu atividades relacionadas com a biodiversidade, sustentabilidade e conservação da natureza e ainda a exploração de novas formas de turismo, nomeadamente o turismo acessível. Neste sentido, foi realizado o *workshop* intitulado “Públicos especiais - promoção do turismo acessível nas salinas” (Martins, Albuquerque & Silva, 2011), com o objetivo principal de identificar as necessidades dos visitantes com algum tipo de dificuldade (mobilidade, visão, audição ou cognitivas) durante as suas visitas a espaços naturais, bem como perceber as adaptações que seriam necessárias realizar ao modelo de visita que tem vindo a ser utilizado neste local.

5.3. *Workshop* ‘Públicos especiais: Promoção do turismo acessível nas salinas’

O desenvolvimento deste *workshop* teve como premissa a cada vez maior procura das salinas para fins turísticos e de lazer, uma vez que estes locais apresentam um ambiente de tranquilidade que pode proporcionar momentos de lazer e bem-estar de elevada qualidade aos visitantes. No entanto, os espaços naturais onde se localizam as marinhas apresentam algumas dificuldades em termos de mobilidade/acessibilidade para as pessoas com necessidades especiais.

Tal como já foi referido, pretendia-se através deste *workshop* identificar as necessidades dos públicos especiais nas visitas a espaços naturais e da adaptação do modelo de visita atualmente existente nesta marinha, de forma a tornar a Marinha Santiago da Fonte num espaço que possa vir a ser referenciado como acessível em termos turísticos. A estruturação do *workshop* desenvolveu-se em três fases distintas (Martins et al., 2011):

- i) Uma primeira fase de levantamento da problemática, onde se pretendeu identificar os principais constrangimentos existentes na Marinha

Santiago da Fonte para a visitação por parte de públicos especiais. Para esta fase foi essencial a participação de associações e entidades que têm vindo a desenvolver atividades relacionadas com o turismo acessível. Nesta fase foi realizada uma visita à Marinha Santiago da Fonte para a identificação desses constrangimentos;

- ii) Uma segunda fase, onde se elaborou um teste de visitação à Marinha Santiago da Fonte, com alunos e funcionários da Universidade de Aveiro com dificuldades de mobilidade, visão e audição, de forma a comprovar os constrangimentos identificados anteriormente;
- iii) E uma terceira fase em que se disseminaram os resultados obtidos, com vista à divulgação da necessidade de se ter em conta este tipo de públicos quando se pretende dinamizar um espaço natural como local turístico.

5.3.1. *Workshop*: fase 1

Na primeira fase foram convidadas entidades e associações que usualmente trabalham com estes públicos e que se encontram a aplicar medidas de turismo sustentável em determinados espaços naturais, nomeadamente as Câmaras Municipais da Lousã e da Batalha, a Agência *Accessible Tourism* e uma investigadora da área dos públicos especiais do Instituto Politécnico de Leiria. Neste contexto, foram partilhadas diferentes experiências que após discussão, geraram contributos para a formulação do modelo de visita à marinha, para que pessoas com mobilidade condicionada e com dificuldades sensoriais (audição e visão) possam usufruir destes espaços.

A sessão iniciou-se com uma breve apresentação do projeto ECOSAL ATLANTIS, de forma a enquadrar o desenvolvimento desta ação e a necessidade de adaptação das salinas para utilização por públicos com necessidades especiais. De seguida, cada participante fez a apresentação da sua experiência, referindo qual a sua área de trabalho e de que forma o trabalho desenvolvido no seu contexto específico

poderia contribuir para a melhoria da visitação dos espaços salícolas pelos públicos especiais.

Seguidamente foi apresentada a Marinha Santiago da Fonte, referindo-se as diversas atividades que se costumam realizar, bem como os materiais de divulgação existentes, nomeadamente os folhetos e dois vídeos de enquadramento da temática do sal. Foi ainda entregue e apresentado o modelo de visita que tem vindo a ser utilizado nas diversas visitas que a equipa da Universidade costuma realizar. Neste sentido, salientou-se o facto de a maioria destas visitas ser de âmbito escolar e científico, pelo que o modelo se encontra adaptado a esse tipo de público.

Após esta apresentação, foi distribuído aos participantes uma ficha de avaliação da Marinha Santiago da Fonte, onde estavam identificados os materiais utilizados nas visitas e o espaço físico, para que os participantes pudessem, aquando da visita ao local, fazer a sua avaliação, tendo em conta as necessidades dos públicos especiais.

Posteriormente foi realizada a visita à Marinha Santiago da Fonte, com o intuito de se proceder à avaliação dos materiais e do espaço físico. Cada um dos participantes preencheu a ficha previamente distribuída, dando assim os seus contributos para a melhoria do espaço e do modelo de visita praticado (Martins et al., 2011).

Os contributos recolhidos foram objeto de análise no sentido de identificar o tipo e características a desenvolver, a sua viabilidade e prioridades. Desta análise resultaram os seguintes conjuntos de sugestões (Quadros 1 e 2).

A análise das sugestões ilustradas nos quadros 1 e 2 permitiu identificar alguns constrangimentos à sua aplicação, nomeadamente a falta de recursos, quer humanos, quer financeiros, que permitam a melhoria das condições de acessibilidade e a adaptação de materiais para poderem ser utilizados por todos. Destacou-se o facto da Marinha Santiago da Fonte estar inserida numa Zona de Proteção Especial, ao abrigo da Rede

Quadro 1 | Sugestões para o espaço físico da Marinha.

Espaço Físico	Sugestões
Exterior	
Acessibilidade/ Mobilidade na Marinha	Elaborar percurso acessível e confortável Fazer rampa de acesso do percurso até à entrada do armazém Eliminar ressalto Criar trilho orientador no chão (com piso diferenciado) Criar estacionamento adaptado Percurso livre acessível com largura mínima de 1,5 metros Colocação de mobiliário urbano/ Locais para descanso Aproveitamento de espaços para observatório exterior Criar sinalética intuitiva clara e em local bem visível e juntar legendas em Braille Marcação visual e tátil
Passadiço	Não foi testado porque não estava concluído. No entanto foi sugerido o seguinte: – Criar um passadiço que vá do armazém até ao passadiço construído – Corrimão a duas alturas (0,70 e 0,90 metros), sem ressalto, não escorregadio. Boa conservação. Acesso em rampa aos cristalizadores.
Armazém	
Acessibilidade/ Mobilidade no armazém	Alargar o varandim (1,5 metros) Rampa com menor inclinação e com menor espaçamento entre tábuas Possibilidade de duas entradas no varandim Criar trilho orientador no chão, com marcação clara nos momentos com pontos de interesse Marcação visual e tátil Colocar planta do espaço (multiformato) à entrada (com informação multiformato) Janelas colocadas a uma altura mais baixa e alargá-las

Fonte: Martins et al. (2011).

Quadro 2 | Sugestões para os materiais existentes de apoio à visitação na Marinha.

Materiais	Sugestões
Exterior	
Alfaias	Melhorar a exposição Expor algumas para experiência tátil, de forma acessível Utilizar em contexto real (criar um recanto de experiência multissensorial)
Caixa de Sons	Um botão com som para cada ave e uma breve descrição da ave Nome da ave em Braille e ampliado Retocar aves – suavizar formas/bulir/lacar com cor contrastante/relevar ou marcar lugar dos olhos e asas nas aves Vídeo em linguagem gestual portuguesa indicando o som referido a cada ave Colocar coluna para sentir vibração do som
Painéis Informativos	Informação completa em áudio Informação ampliada (maior tamanho das letras) e em Braille Informação condensada ao nível de formatos e conteúdos (simplificar linguagem) Maior contraste/ Alto contraste Maquetas tácteis Criar planta tátil interativa ou texturizada Criação de vídeos em linguagem gestual portuguesa e com som em simultâneo
Folhetos	Braille Melhorar o fundo do folheto ‘Fauna e Flora’, que não permite uma leitura fácil Formatos aumentados e com alinhamento à esquerda Sintetizar informação Simplificar linguagem
Filme “O Sal no Mundo”	Língua gestual portuguesa Legendagem (multilíngue) e áudio descrição Regрar locução com 2 vozes (narrativa + áudio descrição) Segmentar em partes de +/- 3 minutos
Animação	Língua gestual portuguesa
“Circulação de água na Marinha”	Áudio descrição (multilíngue) Criar legendas Maior contraste para amblíopes Abordagem menos didática para visitas turísticas Menor velocidade/ Criar pausas em momentos chave

Fonte: Martins et al. (2011).

Natura 2000, o que suscita especial atenção nas intervenções a realizar.

5.3.2. *Workshop*: fase 2

Na segunda fase, realizou-se uma visita à marinha Santiago da Fonte, com um grupo piloto de pessoas da Universidade de Aveiro (alunos e funcionários) com dificuldades de mobilidade e com dificuldades sensoriais (Figuras 4 e 5).

Com o objetivo de iniciar a formação de guias da Universidade de Aveiro para apoio às visitas realizadas à Marinha, estiveram também presentes pessoas pertencentes aos Serviços de Comunicação, Imagem e Relações Públicas, bem como alunos voluntários, que

puderam ter um primeiro contacto com o modelo de visita aplicado e ainda compreender a necessidade de adaptação deste modelo nas visitas que integram pessoas com necessidades especiais.

Das sugestões identificadas na primeira fase, apenas foi possível implementar algumas relacionadas com materiais, nomeadamente a produção de algum material em Braille e a colocação das alfaias utilizadas, para a explicação dos métodos e técnicas de produção, de forma que permita a sua manipulação (identificação das formas, materiais e texturas). Dado o curto espaço de tempo que mediou a realização da primeira e segunda fase, não foi possível afetar os recursos humanos e financeiros necessários para a adaptação de alguns materiais. Por outro lado, a mesma necessidade

de afetação de recursos humanos e financeiros de maior montante, não possibilitou a melhoria de outros aspetos referidos pelos participantes na primeira fase, nomeadamente a criação de um passadiço entre o armazém e o passadiço construído, e a criação de um trilho orientador no chão, com marcação clara nos momentos com pontos de interesse.

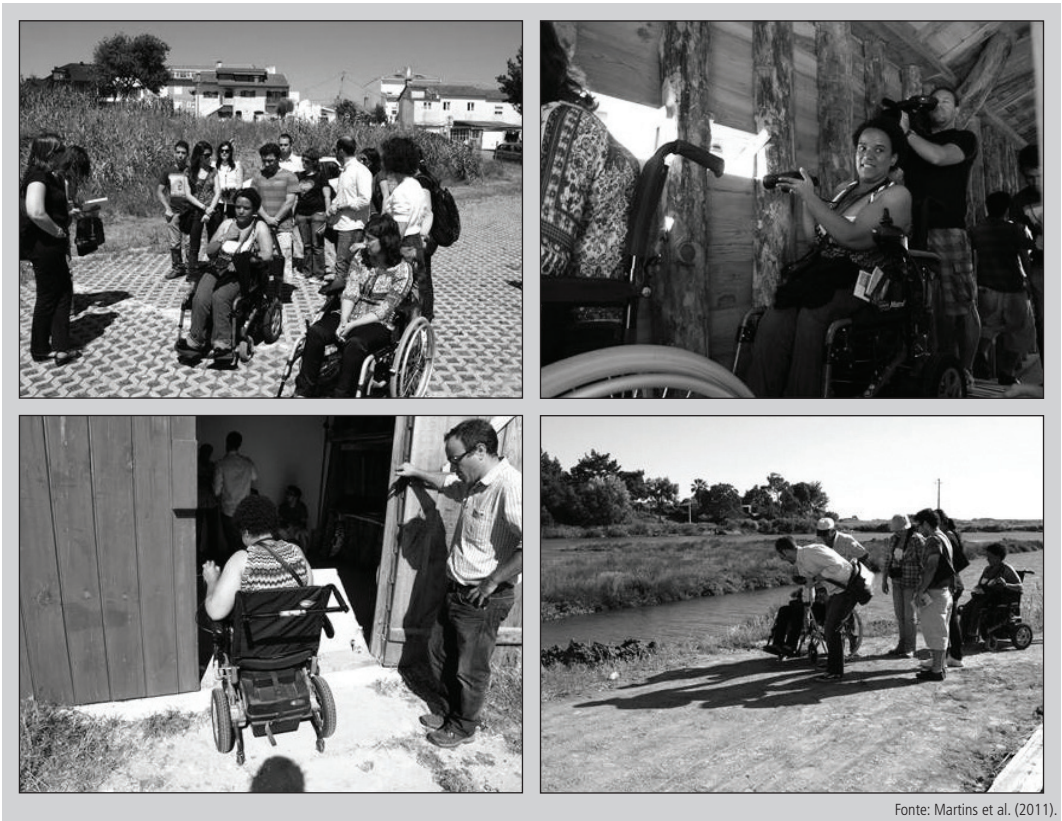
Foi ainda possível confirmar alguns dos constrangimentos identificados pelas associações e entidades presentes na primeira fase e assim reforçar a necessidade de se efetuarem alterações, quer no modelo de visita, quer no espaço e nos materiais utilizados (Martins et al., 2011).

5.3.3. *Workshop*: fase 3

A terceira fase consistiu no desenvolvimento de uma sessão participativa ativa (Elliot, Heesterbeek,

Lukensmeyer & Slocum, 2005), direcionada para técnicos de turismo, mobilidade, ambiente e planeamento e ordenamento do território. Nesta fase foi crucial o envolvimento das entidades que participaram na primeira fase do *workshop* e que apresentaram dois casos de estudo de boas práticas de turismo acessível, nomeadamente o projeto *Lousã Destino Acessível*, o projeto do *Ecoparque Sensorial da Pia do Urso*, no município da Batalha; e ainda o contributo da Agência *Accessible Tourism* que identificou as principais condições que um local turístico deve possuir para que se proponha a ser um destino acessível.

Foi dado a conhecer aos participantes o estudo de caso da Marinha Santiago da Fonte, com uma abordagem que permitiu quer a transmissão dos conhecimentos adquiridos nas fases anteriores, quer a recolha de contributos por parte destes



Fonte: Martins et al. (2011).

Figura 4 | Ilustração das dificuldades sentidas pelos públicos com dificuldades de mobilidade na visitação à Marinha Santiago da Fonte.



Fonte: Martins et al. (2011).

Figura 5 | Identificação do material expositivo em Braille e exposição das alfaia na visitação à Marinha Santiago da Fonte.

participantes para a melhoria do modelo de visita, bem como para a produção de uma versão preliminar do programa de ação a implementar na Marinha Santiago da Fonte (Martins et al., 2011).

6. Considerações finais

Elemento fundamental da qualidade de vida de todos os cidadãos, a acessibilidade reforça a necessidade de se promoverem medidas que permitam a qualquer pessoa o acesso aos diferentes espaços e/ou equipamentos destinados à prática de lazer e turismo. Assim, torna-se fundamental a criação de um modelo de visita para os espaços salícolas, adaptado aos públicos especiais, para que possam usufruir da melhor maneira destes locais.

A realização do *workshop* 'Públicos especiais: Promoção do turismo acessível nas salinas' permitiu identificar os principais problemas existentes na Marinha Santiago da Fonte e desenvolver um modelo de visita inclusivo, bem como definir um conjunto de orientações extrapoláveis para outros espaços salícolas, no que diz respeito à realização de visitas turísticas acessíveis a todos. É facilmente perceptível que estes espaços, pela sua especificidade, apresentem condições de mobilidade que não são as

mais adequadas a pessoas com dificuldades, quer de mobilidade, quer sensoriais. É também necessário ter em conta que estas áreas estão, na maioria dos casos, implantadas em espaços naturais, que estão sujeitos a estatutos de proteção, caso da Marinha Santiago da Fonte, integrada na ZPE Ria de Aveiro (PTZPE0004), o que impõe algumas limitações nas adaptações que poderão ser necessárias executar. Não obstante, existem algumas adaptações, nomeadamente no que respeita aos materiais, que podem ser realizadas, com alguma facilidade. É, no entanto, necessário afetar-se, quer recursos humanos, quer financeiros para que estas adaptações possam ser realizadas e para tal identificar os programas financeiros que viabilizem essas ações.

Com este *workshop* foi ainda possível constatar que deverá ser desenvolvido um Programa de Ação de Turismo Acessível de forma a permitir a visitação aos espaços salícolas por públicos especiais e atrair, desta forma, um novo nicho de mercado. Este plano de ação pode assim contribuir para o desenvolvimento sustentável das salinas nomeadamente através da oferta de diferentes produtos e atividades tais como a exploração dos sentidos (prova, cheiro e toque no sal), promovendo uma melhoria da qualidade de vida, ao tornar acessível a todos os indivíduos locais com características singulares em termos de riqueza natural, cultural e histórica.

Referências bibliográficas

- Abreu, A., Correia, T., & Oliveira, R. (Eds.) (2004). Grupo H – Beira Litoral: Ria de Aveiro e Baixo Vouga. In Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (Ed.), *Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental* (Vol. 3, pp. 139-146). Lisboa: DGOTDU.
- Aragall, F. (2005). Conceito Europeu de Acessibilidade: Manual de assistência técnica. *Coleção Cadernos Secretariado Nacional de Reabilitação* (SNR) n.º 18. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.
- Butler, R. (1991). Tourism, environment, and sustainable development. *Environmental Conservation*, 18(3), 201-209.
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro [CCDRC] (2011). *Proposta de PROT-CENTRO – Plano Regional do Ordenamento do Território do Centro*. Documentos técnicos da proposta de plano: Documento fundamental. Acedido a 20 de janeiro de 2014, em https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=156&Itemid=129
- Cruz, T., Neves, R., Cardoso, L., Pinho, R., Pacheco, C., Martins, F., & et al. (2011). Diversidade de avifauna nas salinas da Ria de Aveiro. In A. Almeida, F. Alves, C. Bernardes, J. Dias, N. Gomes, E. Pereira, H. Queiroga, J. Seródio & N. Vaz (Eds.), *Atas das 'Jornadas da Ria de Aveiro'*. Aveiro: Centro de Estudos do Ambiente e do Mar (CESAM).
- Darcy, S., Cameron, B., & Pegg, S. (2010). Accessible tourism and sustainability: A discussion and case study. *Journal of Sustainable Tourism*, 18(4), 515-537.
- Devile, E., Jesus, F., & Cruz, A. (2011). O desenvolvimento de turismo acessível na Lousã: Perspetivas dos agentes locais do sector do turismo. In J. Santos (Ed.), *Proceedings of the International Conference on "Tourism & Management Studies"* (Vol. I, pp. 529-539). Algarve: Universidade do Algarve.
- Ecosal Atlantis (2013a). *ECOSAL ATLANTIS: Ecoturismo nas salinas do Atlântico*. Acedido a 25 de janeiro de 2014, em <http://ecosal-atlantis.ua.pt/index.php?q=pt-pt/content/ecosal-atlantis-ecoturismo-nas-salinas-do-atl%C3%A2ntico>
- Ecosal Atlantis (2013b). *Sítios, Portugal: Salgado de Aveiro*. Acedido a 25 de janeiro de 2014, em <http://ecosal-atlantis.ua.pt/index.php?q=pt-pt/content/salgado-de-aveiro>
- Elliot, J., Heesterbeek, S., Lukensmeyer, C., & Slocum, N. (2005). *Participatory methods toolkit: A practitioner's manual*. Belgium: King Baudouin Foundation & Flemish Institute for Science and Technology Assessment.
- ENAT (2007). *Towards 2010: Disability policy challenges and actions for the European tourism sector*. European Network for Accessible Tourism (ENAT) Study Report no. 3. Acedido a 23 de janeiro de 2014, em http://www.accessibletourism.org/resources/enat_study_3_policy_en-2.pdf
- ENAT (2014). *ENAT: The European Network for Accessible Tourism*. Acedido a 25 de janeiro de 2014, em <http://www.accessibletourism.org/>
- ESCAP (2009). Takayama declaration on the development of communities-for-all in Asia and the Pacific. *Declaration presented at the Congress of 'ESCAP-Takayama 2009'*. Takayama: United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific (ESCAP).
- Figueira Digital (2014). *Núcleo museológico do sal*. Acedido a 25 de janeiro de 2014, em <http://www.figueiradigital.com/?zona=90&mid=2>
- Fontes, A., & Monteiro, I. (2009). O Projeto 'Lousã, destino de turismo acessível': Um estudo de caso da aplicação de uma abordagem sistémica ao turismo acessível. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 11, 61-72.
- ICNF (2014). *Plano sectorial da Rede Natura 2000: Zonas de proteção especial – ZPE Ria de Aveiro*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). Acedido a 20 de janeiro de 2014, em <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000/resource/zpe-cont/raveiro>
- Interreg Espaço Atlântico (2001). *Interreg III B, Projetos aprovados, Prioridade D: Reforço e promoção da identidade atlântica, 159-SAL*. Acedido a 25 de janeiro de 2014, disponível em <http://www.interreg-atlantique.org/iib/pl/projet/index.html>
- Martins, F., Albuquerque, H., & Silva, A. (2011). *Workshop 'Públicos Especiais: Promoção do Turismo Acessível nas Marinhas de Sal'*. Relatório Final. Universidade de Aveiro, ECOSAL ATLANTIS, INTERREG IVB.
- Martins, F., Silva, A., & Albuquerque, H. (2013). A sustentabilidade das salinas: Novas abordagens, novas atividades. In C. Borrego, A. I. Miranda, L. Arroja, T. Fidélis, E. A. Castro & A. P. Gomes (Eds.), *Atas da 10ª Conferência Nacional do Ambiente 'Repensar o ambiente: Luxo ou inevitabilidade?'* (pp. 590-595). Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Parlamento Europeu (2008). *O impacto do turismo nas zonas costeiras: Aspectos relacionados com o desenvolvimento regional*. Direção-Geral das Políticas Internas da União, Direção B: Políticas Estruturais e de Coesão. IP/B/REGI/IC/2006-166-Lot 01-C03-SC01. Bruxelas: Gabinete de Publicações do Parlamento Europeu.
- Pérez, D., & Velasco, D. (2003). *Turismo accesible: Hacia un turismo para todos*. Colección CERMI n.º 4. Madrid: Comité Español de Representantes de Personas con Discapacidad (CERMI).
- Pinho, R., & Lopes, L. (2009). *Do sapal se fazem marinhas de sal*. Panfleto de divulgação do Projeto 'Histórias a Água e Sal'. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Ramsar (2006). *The Ramsar Convention manual: A guide to the Convention on wetlands (Ramsar, Iran, 1971)*. Gland: Ramsar Convention Secretariat.
- Rio Maior Turismo (2013). *Serviços educativos 2013/2014: Atividades gratuitas para escolas*. Acedido a 25 de janeiro de 2014, em <http://www.turismoriomaior.blogspot.pt/>
- Sadoul, N., Walmsley, J. G., & Charpentier, B. (1998). *Salinas and nature conservation: Conservation of Mediterranean wetlands*, No. 9. Arles: Tour du Valat.
- Sal do Sol (2010). *Ilha dos Puxadoiros: Ria de Aveiro*. Acedido a 25 de janeiro de 2014, em www.saldosol.net
- Sarmiento, C. (2005). O espaço e a economia da Ria de Aveiro: Pescas, agricultura e extração do molho. *Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas*, 5, 207-254.
- Silva, A., Martins, J., & Martins, F. (2012). As políticas públicas e a importância do território: O "Salgado de Aveiro". In J. M. Barragán Muñoz (Eds.), *Atas do 1º Congresso Ibero-Americano de Gestão Integrada de Áreas Litorâneas (GIAL)* (pp. 1063-1071). Cádiz: Universidad de Cádiz.
- Silva, A. (2010). *Estratégia para uma gestão sustentável do Salgado de Aveiro*. Tese de Mestrado, Universidade de Aveiro, Aveiro.

- Silva, C. (2009). Acessibilidade e turismo, o direito à participação. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 11, 113-117.
- Valle Salado de Añana (2014). *Valle Salado de Añana: Sal y descúbrenos*. Acedido a 25 de janeiro de 2014, em <http://www.vallesalado.com/es/>
- World Tourism organization [WTO] (1980). *Manila declaration on world tourism*. World Tourism Conference. Manila: WTO.
- World Tourism organization [WTO] (1991). *Creating tourism opportunities for handicapped people in the nineties*. Resolution A/RES/284(IX), at the 9th session of the General Assembly of the World Tourism Organization. Argentina: WTO.
- World Tourism organization [WTO] (2005). *Accessible tourism for all*. Resolution A/RES/492(XVI)/10, at the 16th session of the General Assembly of the World Tourism Organization. Senegal: WTO.

